

Orçamento permite ao governo remanejar 25% da verba do PAC

Acordo partidário fechado ontem à noite permitiu a aprovação do Orçamento Geral da União para 2011, mas reduziu de 30% para 25% a margem de remanejamento das verbas destinadas ao programa de obras federais



Moreira Matriz/Senado Federal

O deputado Gilmar Machado (PT) e o senador Heráclito Fortes (DEM) negociam no centro do Plenário da Câmara: acordo para reduzir margem foi anunciado pela relatora-geral, Serys Slhessarenko

A pós sete horas de negociação, o Congresso aprovou ontem à noite o Orçamento Geral da União para 2011 no valor total de R\$ 2,073 trilhões. Com as modificações feitas pelos parlamentares, os investimentos passaram a somar R\$ 170,8 bilhões, um crescimento de 7,5% em relação à

proposta original. O projeto seguiu à sanção presidencial.

A relatora do projeto, Serys Slhessarenko, manteve o salário mínimo em R\$ 540 – um reajuste em relação ao atual (R\$ 510) de 5,9%.

O atraso na votação decorreu do impasse sobre as regras para uso de recursos do

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo queria ter liberdade para remanejar 30% das verbas, mas, após acordo com a oposição, o percentual caiu para 25%. Os outros 5% só poderão ser alterados com autorização da Comissão Mista de Orçamento. **3**

Mais quatro senadores se despedem, na última sessão do ano **4**

Aníbal Diniz toma posse na Casa e reafirma apoio a Dilma **2**

Mozarildo denuncia desvio de verba em Roraima **4**



Antonio Carlos Júnior (na tribuna) foi o autor da PEC que prorrogou o fundo criado em 2001 por iniciativa de seu pai, o então senador Antonio Carlos Magalhães

Prorrogação do fundo antipobreza é promulgada

Criado em 2001, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foi prorrogado ontem por tempo indeterminado com a promulgação de emenda constitucional pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia. **2**

Moreira Matriz/Senado Federal

Segundo Antonio Carlos Júnior, autor da proposta de prorrogação do fundo, criado em 2001 por iniciativa de seu pai, o então senador Antonio Carlos Magalhães, esse instrumento já permitiu uma queda de 30% na pobreza no Brasil

Prorrogado por tempo indeterminado o fundo de combate à pobreza no país

A EMENDA CONSTITUCIONAL 67, que prorroga por tempo indeterminado o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado em 2001, foi promulgada ontem pelo Congresso Nacional, em sessão com a presença dos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Marco Maia. A prorrogação da vigência do fundo é uma iniciativa do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

O fundo foi instituído pela Emenda Constitucional 31, de autoria do então senador Antonio Carlos Magalhães (1927-2007) – pai do senador que propôs a prorrogação –, e sua vigência deveria terminar este ano. A finalidade do fundo é dar “acesso a níveis dignos de subsistência” a todos os brasileiros

por meio de ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar, entre outras que visem à melhoria da qualidade de vida.

O presidente da Câmara, Marco Maia, disse que, ao atender apelo dos governadores de todos os estados brasileiros e aprovar a prorrogação do fundo, o Parlamento permitirá que o Brasil continue com o trabalho de erradicação da pobreza. Na avaliação de Maia, em 2010 o Congresso demonstrou responsabilidade com relação ao atendimento das necessidades dos brasileiros mais humildes.

– Quero saudar a aprovação da Emenda Constitucional 67/10, que se torna um símbolo do trabalho realizado pelo



No Plenário, José Sarney (D) conversa com Antonio Carlos Júnior (C) e Marco Maia

Congresso Nacional em 2010 – declarou Marco Maia.

Emocionado, ACM Júnior comemorou “o dia histórico que repete o gesto que esta Casa teve dez anos atrás”. Segundo ele, o fundo possibilitou a

transferência de renda e contribuiu para a queda de 30% na pobreza no país desde a sua criação. Ele afirmou que seu pai idealizou o fundo por estar sintonizado com as carências do povo brasileiro.

Congresso fica em recesso até 31 de janeiro

Com a votação do Orçamento de 2011, ontem, o Congresso entrou em recesso até 31 de janeiro. Nesse período, as atividades parlamentares estarão sob responsabilidade da Comissão Representativa do Congresso Nacional, composta por oito senadores, 17 deputados federais e seus respectivos suplentes. A comissão tem a atribuição de cumprir tarefas do Legislativo no período, especialmente as urgentes.

Em 1º de fevereiro de 2011, os parlamentares eleitos em outubro tomarão posse na chamada reunião preparatória, dando início à 54ª Legislatura. Após a posse, haverá uma sessão na qual será eleito, por maioria de votos e em votação secreta, o novo presidente do Senado para o biênio 2011/2012. Essa sessão será dirigida pela atual Mesa. Numa segunda sessão, os senadores escolherão os dois vice-presidentes e os quatro secretários do Senado (com quatro suplentes).

A eleição do presidente do Senado é o coroamento de um demorado processo de negociação política que começa logo após o anúncio dos novos eleitos.

Por tradição, o partido que obtém a maior bancada sempre lança um candidato e os outros cargos da Mesa são distribuídos conforme o tamanho das bancadas.

Sarney: pobreza deve ser a preocupação principal dos governantes

Durante a sessão solene de ontem, o presidente José Sarney disse que a emenda só deverá deixar de existir quando desaparecer a pobreza do país. Para o senador, a aprovação da matéria coroa o final da atual legislatura.

– Eu considero que estamos

fechando esta legislatura com chave de ouro, porque essa emenda diz respeito ao problema que nós devemos resolver no Brasil e que é preocupação de todos os governantes: a erradicação da pobreza – assinalou.

Para Sarney, a aprovação

da emenda, proposta pelo senador Antonio Carlos Júnior, consagra o apoio unânime de todo o Congresso Nacional à questão.

Ele lembrou também, em seu discurso, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso de erradicar a

pobreza do Brasil e tem conseguido êxito na missão.

– O presidente Lula teve um governo que conseguiu tirar 30 milhões de brasileiros da faixa da pobreza. A ministra Dilma Rousseff também assumiu o compromisso – declarou Sarney.

Projeto estimula investimento em áreas de infraestrutura



Alfredo Cotait

O senador Alfredo Cotait (DEM-SP) apresentou projeto de lei que cria o Programa Federativo de Investimentos Públicos (Profip). O objetivo da iniciativa, explicou o senador em discurso na terça-feira, é permitir que os estados e o Distrito Federal abatam até 30% das prestações devidas à União no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados para investimento em infraestrutura.

O projeto especifica que a maior parte dos investimentos seja destinada às áreas de transporte, saneamento e combate a enchentes. Para Cotait, esses investimentos não têm sido feitos pela União – especialmente devido aos atrasos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – nem podem ser feitos pelos estados e municípios, que vivem uma “crônica carência de recursos”, entre várias razões, conforme lembrou, justamente devido às vultuosas dívidas com o governo federal.

Gurgacz apoia PEC 233 para a reforma tributária



Acir Gurgacz

Acir Gurgacz (PDT-RO) questionou em discurso a alta carga de impostos no país e sugeriu que uma possível reforma tributária tome como base a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 233/08, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo e atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados.

Segundo Gurgacz, a PEC reduz a complexidade da tributação, ao unificar a legislação sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Ele destacou a substituição da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Combustíveis (Cide-Combustíveis) e do salário-educação por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Aníbal Diniz toma posse e antecipa seu apoio a Dilma



Aníbal Diniz

O jornalista Aníbal Diniz (PT-AC) foi empossado no cargo de senador, na terça-feira, na vaga de Tião Viana (PT-AC), que renunciou para assumir o governo do estado. Após prestar o compromisso constitucional, Aníbal Diniz fez um breve discurso, cumprimentando os presentes e expressando sua gratidão pela oportunidade.

– Agradeço ao povo do Acre pelas tantas vitórias que nos conferiu desde que fundamos a Frente Popular do Acre, em especial por essa vitória dada ao companheiro senador Tião Viana, que me proporcionou estar aqui hoje, nesta tribuna, como um dos 81 senadores da República Federativa do Brasil – disse.

Diniz se declarou honrado, mas ressaltou que também sente o “imenso peso da responsabilidade que é substituir um senador tão experiente e que reúne tantas qualidades”. Ele se comprometeu a seguir as orientações de seu partido e contribuir para garantir governabilidade à presidente eleita, Dilma Rousseff.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Mozarildo Cavalcanti • Acir Gurgacz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto que define as receitas e despesas da União para o próximo ano foi aprovado ontem pelo Congresso Nacional após longa negociação que reduziu o remanejamento dos recursos do PAC, de 30% para 25%

Orçamento assegura ao governo flexibilidade para usar verba do PAC

APÓS SETE HORAS de negociação, o Congresso Nacional aprovou ontem à noite o Orçamento Geral da União para 2011 no valor total de R\$ 2,073 trilhões. Com as modificações feitas pelos parlamentares, os investimentos passaram a somar R\$ 170,8 bilhões, um crescimento de 7,5% em relação à proposta original. O projeto seguiu à sanção presidencial.

A relatora da matéria, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), manteve o salário mínimo em R\$ 540 – um reajuste em relação ao atual (R\$ 510) de 5,9%.

O atraso na votação decorreu do impasse sobre as regras para uso de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo queria ter liberdade para remanejar 30% das verbas, mas, após acordo com a oposição, esse percentual caiu para 25%. Os outros 5% só poderão ser remanejados com autorização da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– Criamos um gatilho. Foi bom assim porque mostrou interesse das duas partes em chegar a um consenso – disse o depu-

tado Bruno Araújo (PSDB-PE).

O PAC tornou-se o assunto dominante da reunião da CMO. Vários parlamentares protestaram contra declarações do presidente Lula de insatisfação com o relatório de Serys Slhessarenko, que teria cortado R\$ 3,4 bilhões do programa.

Depois de esclarecer que os cortes foram efetuados pelos relatores setoriais, Serys apresentou adendo em que autoriza o governo a recompor, mediante créditos suplementares, as programações do PAC até o limite de R\$ 3,4 bilhões. Com isso, o PAC volta ao patamar de R\$ 43,5 bilhões.

Para contornar o impasse, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) pediu a inclusão de texto em que obriga o governo a encaminhar trimestralmente à CMO relatórios com as mudanças na programação do PAC.

Mesmo insatisfeita, a oposição comemorou a exclusão de algumas regras relativas a créditos suplementares que, segundo parlamentares, tratavam de matérias privativas de outras leis, como

a de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Judiciário

Ao autorizar a recomposição do dinheiro do PAC, Serys abriu uma brecha também para o aumento dos salários dos servidores do Poder Judiciário. Foi criada uma reserva de contingência para riscos orçamentários, com R\$ 3 bilhões, para recompor dotações como essa.

Um dos destaques aprovados veda ao governo cortes em emendas de bancadas estaduais. O presidente da comissão, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), lembrou acordo sobre o assunto, apoiado por Serys.

Antes da aprovação do Orçamento, os parlamentares aprovaram o projeto que retira a Eletrobras do cálculo do superávit primário – economia de recursos para pagar os juros da dívida pública.

O Congresso aprovou ainda créditos suplementares ao Orçamento de 2010 em favor de vários ministérios e órgãos públicos no valor total de R\$ 3,84 bilhões.



Para o senador, discutir o Orçamento é a mais importante atribuição do Congresso

Heráclito diz que Orçamento é tratado de forma "leviana"

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) protestou ontem contra "a maneira desorganizada e leviana com que se trata o Orçamento de um país como o Brasil". Para ele, "é inaceitável que o país não tenha tido ainda a coragem de implantar um Orçamento impositivo, onde o que foi aprovado [pelo Congresso Nacional] obrigatoriamente tenha de ser pago".

Heráclito afirmou que o fato de o governo não honrar aquilo que assume facilita a corrupção no Orçamento, cuja apreciação, para ele, é a mais importante atividade legislativa.

Sem citar nomes, o senador disse haver "ministro que manipula as verbas orçamentárias e usa e abusa dessa manipulação para atender a compromissos políticos, desautorizando o que essa Casa vota".

– No Brasil não se faz Orçamento para a nação ou para as prioridades, mas sim para atender a empreiteiras e a interesses às vezes não muito claros – afirmou o senador.

No adeus, senador destaca trabalho como 1º secretário

Em discurso de despedida do Senado, Heráclito Fortes lembrou ter desistido de disputar a Primeira-Vice-Presidência da Casa a pedido do então candidato a presidente, José Sarney, que o queria na Primeira-Secretaria.

– O presidente Sarney disse que precisava de alguém de confiança para tocar a Casa administrativamente – afirmou o senador.

Entre as decisões tomadas em sua gestão, ele destacou o fim dos atos secretos, a criação do Portal da Transparência, a redução das taxas de juros de empréstimos consignados, o corte de gastos, o veto ao nepotismo, a redução de comissões, o controle de horas extras e o ponto eletrônico.

Em aparte, o presidente José Sarney testemunhou que encontrou em Heráclito "um companheiro leal e amigo" que se fez presente e pronto para ajudar no que fosse preciso para "reconstruir o Senado".

Também apartearam Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Marco Maciel (DEM-PE), Magno Malta (PR-ES), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Cyro Miranda (PSDB-GO), José Agripino (DEM-RN), José Nery (PSOL-PA), Efraim Morais (DEM-PB), Cícero Lucena (PSDB-PB), Alfredo Cotait (DEM-SP), Mão Santa (PSC-PI), Valter Pereira (PMDB-MS), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

Também foram aparteados em suas despedidas anteontem Adelmir Santana (DEM-DF), Efraim Morais, Tião Viana (PT-AC) e Gilberto Goellner (DEM-MT).



Serys, com o deputado Waldemir Moka: CMO aprovou permissão para governo remanejar verbas

Emenda da relatora abre brecha para reajuste maior do salário mínimo

Embora o relatório final do Orçamento tenha mantido para 2011 o salário mínimo em R\$ 540, uma das 22 emendas apresentadas à proposta orçamentária pela relatora-geral, senadora Serys Slhessarenko, prevê alocação de recursos para reajuste do benefício acima desse patamar. A emenda, porém, não fixa valores para essa finalidade. A oposição defendeu um salário mínimo de R\$ 600 e as centrais sindicais, de R\$ 580.

No relatório final, Serys também explica que alocou R\$ 853 milhões adicionais à proposta original, o que permitiu o arredondamento do valor fixado pelo governo (R\$ 538,15) para R\$ 540.

Serys incluiu ainda emendas no valor de R\$ 260 milhões, destinando recursos para ações nas áreas de transportes, saúde e infraestrutura urbana, especificamente nas cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014.

O Orçamento reserva R\$ 74,25 bilhões para o Ministério da Saúde, dos quais cerca de R\$ 68,56 bilhões para ações e serviços públicos. Também são previstas transferências de recursos pela União aos estados, municípios e Distrito Federal para custeio de ações de assistência médico-hospitalar e de atenção básica da saúde.

Alterações do Congresso reforçam recursos para saúde e Bolsa Família

Os R\$ 2,073 trilhões do Orçamento de 2011 serão administrados pela próxima presidente, Dilma Rousseff. Porém, um terço desse valor (R\$ 678 bilhões) tem caráter meramente contábil, por se destinar ao refinanciamento da dívida pública mobiliária federal.

Os investimentos diretos da União – que representam apenas 4% do Orçamento – devem ficar em R\$ 63,5 bilhões. A previsão é de que as estatais investirão R\$ 107,4 bilhões. Dessa forma, o total de investimentos no ano que vem chega a 171,1 bilhões.

Apesar de 83% das despesas primárias serem de caráter obrigatório – o que limita as possibilidades de mudanças –, os parlamentares fizeram modificações no projeto do Executivo. Uma delas, a ampliação de recursos destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS) em mais de R\$ 1 bilhão, deve atenuar distorções na distribuição, aos estados, do dinheiro para custeio de procedimentos de média e alta complexidade.

Também por força das mudanças feitas no Congresso, duas iniciativas na área social devem ser reforçadas – o programa Bolsa Família, com mais R\$ 1 bilhão, e o atendimento de demandas judiciais de aposentados e pensio-



Na última sessão, quatro senadores se despedem

Aloizio Mercadante, Mão Santa, Roberto Cavalcanti e Augusto Botelho aproveitaram ontem a última sessão do ano para se despedirem do Senado.

Mercadante, que assumirá o Ministério da Ciência e Tecnologia em janeiro, lembrou que, como líder de bancada, ajudou a assegurar o sucesso do governo Lula. Mão Santa

disse que inspirou sua atuação no amor, e não no ódio. Roberto Cavalcanti e Augusto Botelho destacaram o trabalho em prol de seus estados.

Aloizio Mercadante ressalta atuação como líder do governo



Aloizio Mercadante

Ao se despedir do Senado ontem, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que encerra um ciclo em sua vida e dá início a outra etapa. Ele lembrou que atuou na coordenação de várias campanhas

do presidente Lula e que chegou a ser convidado para assumir o Ministério da Fazenda.

Segundo Mercadante, o motivo de sua recusa foi que o presidente tinha vários nomes para o ministério, mas nenhum para a base parlamentar do governo no Senado. O senador destacou que, naquela situação, sua maior responsabilidade era defender o governo na Casa. Acabou sendo líder do governo no Congresso e líder do governo, do PT e do Bloco de Apoio no Senado.

– Agora, é tempo de cortar laços e construir outros, de redefinir rumos que mudarão as nossas vidas. É a crítica hora de olhar ao mesmo tempo para o passado e o futuro. É o tempo das encruzilhadas existenciais. Saio daqui com sabor de missão cumprida. Saio com a missão de assumir o Ministério da Ciência e Tecnologia. Vou me debruçar muito nessa tarefa – afirmou o senador, em discurso aparteado por dez senadores.

Mercadante observou que sua despedida já foi feita por meio do livro *Brasil – a construção retomada*, publicado recentemente, em que faz um balanço dos oito anos do governo Lula.

Mão Santa afirma que atuação foi inspirada pelo amor ao Brasil



Mão Santa

O discurso de número 1.502 de Mão Santa (PSC-PI) foi de despedida do Senado. Depois de oito anos de mandato – para o qual não conseguiu se reeleger –, o senador recordista de pronunciamentos e de apartes fez da tribuna um inventário de sua atuação, segundo ele, inspirada pelo amor ao Brasil e não pelo ódio político.

– Nós só somos bons mortos. Saio com a satisfação do cumprimento da missão. Jamais farei oposição a Deus, mas fiz ao Luiz Inácio por amor ao Brasil, como Rui Barbosa fez oposição ao Marechal Deodoro, o Marechal de Ferro – disse.

Na despedida, não faltaram referências às figuras históricas habitualmente citadas por Mão Santa, como Winston Churchill, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Mário Covas, Juscelino Kubitschek e Jesus Cristo, a quem citou para explicar como se comportará a partir de fevereiro, quando será um político sem mandato.

– O nosso Jesus disse: “Não vos inquieteis com o amanhã”. Apreciarei este dia porque é tudo que eu tenho, este dia que Deus me deu.

Em apartes, sua atuação na Casa foi exaltada por 16 senadores.

Roberto Cavalcanti se diz em “débito eterno” pelo aprendizado



Roberto Cavalcanti

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) fez um balanço de sua atuação parlamentar e se considerou “em débito eterno” com os senadores pelo grande aprendizado que, segundo ele, pôde usufruir na Casa.

– Foram praticamente dois anos de aprendizado intenso, durante os quais busquei fazer o máximo possível pela Paraíba, pelo Nordeste e pelo Brasil. Não pude evitar, é claro, a sensação de orgulho ao participar do cotidiano do Parlamento – afirmou Roberto Cavalcanti, agradecendo o apoio a diversos projetos seus e a várias bandeiras encampadas em prol do seu estado e do país.

Das 25 proposições que apresentou no Senado, Cavalcanti destacou a proposta de emenda à Constituição (PEC) que federaliza os crimes de homicídio praticados contra jornalistas no exercício da profissão; o projeto de lei para isentar do Imposto de Renda os proventos dos portadores de diabetes melito; e a proposição que institui o rito especial nas ações por ato de improbidade administrativa.

Sobre os temas trazidos a debate, Roberto Cavalcanti, cujo discurso foi aparteado por 13 colegas, citou a Ferrovia Transnordestina e a transposição do rio São Francisco. Mencionou também a divulgação que fez no Congresso do que considerou uma baixa quantidade de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a Paraíba.

Augusto Botelho destaca luta por mais verbas para Roraima



Augusto Botelho

Augusto Botelho (sem partido-RR) avaliou os oito anos de seu mandato destacando a prioridade dada para a obtenção de recursos para educação,

saúde e infraestrutura em Roraima.

O parlamentar lembrou que, por meio de muita negociação, conseguiu destinar mais de R\$ 300 milhões para setores prioritários do estado.

– Além de democratizar o dinheiro do governo federal, as emendas parlamentares, origem de grande parte dos recursos que levamos para os estados, representam uma ação política de atendimento às principais demandas da população – disse Augusto, aparteado por sete senadores.

Entre os benefícios conseguidos para Roraima, o senador destacou a construção de um hospital no bairro Pintelândia, na periferia da capital de Roraima, Boa Vista. Na área de educação, lembrou recursos para a construção de vários laboratórios de pesquisa na Universidade Federal de Roraima. Em infraestrutura, o parlamentar ressaltou a liberação de recursos da ordem de R\$ 100 milhões para a recuperação de rodovias federais em seu estado.

Mozarildo denuncia desvio de recursos da saúde em RR

Depois de denunciar o governo de Roraima, na semana passada, por má aplicação, uso indevido e até desvio de recursos destinados à educação no estado, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ocupou a tribuna ontem para acrescentar que a situação se repete na saúde. Ele afirmou que pedirá aos ministérios públicos estadual e federal e aos tribunais de contas do estado e da União que investiguem o caso.

– Comparei os recursos destinados pelo governo federal, nos anos de 2007 a 2009, aos estados do Amazonas, Roraima, São Paulo e Distrito Federal. Roraima só recebeu menos do que o DF – afirmou Mozarildo.



Roraima tem recebido recursos e aplicado mal, afirma o senador

Apesar do volume de dinheiro repassado, a saúde de Roraima “encontra-se na UTI, em estado terminal”, concluiu o senador.

Correção

Ao contrário do informado ontem no texto “Mozarildo cobra apuração de denúncia em RR”, do *Jornal do Senado*, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o atual governador Anchieta Júnior

perdeu o primeiro turno para o ex-governador Neudo Campos, que obteve 5.680 votos a mais (1% do eleitorado), e venceu apenas no segundo turno, com 1.759 votos a mais (0,7% do eleitorado).

Rosalba Ciarlini renunciará ao mandato na semana que vem

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) comunicou ao Plenário que renunciará ao seu mandato no próximo dia 28 para assumir o governo do Rio Grande do Norte, para o qual foi eleita em outubro. A senadora será



Rosalba Ciarlini

substituída por seu primeiro suplente, Garibaldi Alves, pai do senador Garibaldi Alves Filho

(PMDB-RN), o qual se licenciará do Senado para assumir o Ministério da Previdência.

A senadora enfatizou sua contribuição para avançar nas conquistas sociais do povo brasileiro, na presidência da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ou no trabalho nas demais comissões e no Plenário.

Valadares exalta a memória do ex-governador Luiz Garcia

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembrou que o ex-governador de seu estado Luiz Garcia, se fosse vivo, completaria ontem 100 anos. Valadares reverenciou a memória do político sergipano, morto em 2001, enumerando alguns dos fatos que o tornam figura marcante no estado.

Luiz Garcia foi advogado,



Valadares

jornalista, professor e escritor. Entrou para a política em 1934 e, em 1958, foi eleito governador de Sergipe, que administrou, segundo Valadares, “com uma acurada visão de futuro”.

Entre seus feitos, o senador citou a construção de grupos escolares e jardins de infância, estradas e serviços de água e de luz.

Senador diz que “nunca se mentiu tanto neste país”

Em pronunciamento que fez na noite de terça-feira, Mão Santa (PSC-PI) afirmou que “nunca se mentiu tanto neste país” como nos últimos anos. O senador citou como exemplo diversas obras no Piauí que, segundo ele, estão inacabadas, mas foram anunciadas como finalizadas pelos governos federal e estadual.

Mão Santa mencionou o aeroporto de Parnaíba, o Hospital Universitário de Teresina, a ponte no município de Luzilândia, o campus universitário do Delta do Parnaíba, a ampliação do aeroporto de Teresina, o aeroporto de São Raimundo Nonato e o Centro de Convenções de Teresina entre as “centenas de obras” inacabadas no estado.

O senador pediu à presidente eleita, Dilma Rousseff, que ajude o Piauí a terminar essas e outras obras em andamento.